

IMPACTO NA RELAÇÃO BRASIL-BOLÍVIA COM A NACIONALIZAÇÃO DOS HIDROCARBONETOS BOLIVIANOS EM 2006

Bernardo Pestana M. C. Duarte¹ (UFRJ), Thiago Carvalho Saraiva² (UFRJ), Rosemarie Bröker Bone³ (UFRJ)

Curso de Engenharia de Petróleo/UFRJ
Ilha do Fundão/RJ – Rio de Janeiro
Caixa Postal 68548 - Cep.: 21941-972

¹bpest21@yahoo.com.br

²raid_ep@terra.com.br

³rosebone@terra.com.br

Este trabalho tem como objetivo esclarecer e entender os motivos da atual crise comercial e política entre a Bolívia e o Brasil, este último representado pela Petrobras. Acima de tudo, visa compreender a mudança regulatória boliviana que culminou com um período de nacionalização de suas riquezas minerais em contraponto aos interesses internacionais, inclusive brasileiros, e acordos já firmados durante o período de abertura de mercado no país.

Por estarmos vivenciando essa crise no setor petrolífero entre Brasil e Bolívia, o trabalho foi a sistematização de informações bolivianas e brasileiras. Desta forma, ambientado no panorama latino-americano atual, elabora-se a compreensão do processo e as possíveis conseqüências da crise para o Brasil, que, mesmo com a terceira maior reserva de gás na região, no curto prazo segue como um país importador desse recurso.

Para termos uma base concreta e analisar com fundamentos o que acontece atualmente, devemos compreender a história política da Bolívia e suas mudanças internas. Por isso dividimos o trabalho em duas partes: (a) analisaremos o período neoliberal e os acordos assinados com o Brasil no setor de hidrocarbonetos durante a década de 90; (b) entenderemos o surgimento político de Evo Morales e o processo de nacionalização das riquezas nacionais e a conseqüente crise que se instaurou com as empresas internacionais de petróleo, principalmente com a Petrobras, até o desfecho final sobre a produção e exportação de gás e o preço.

Pode-se entender a linha de ação de Evo Morales como a união de um discurso baseado nas suas origens, com uma estratégia de curto prazo para aumentar a parcela de recursos apropriados pela Bolívia dos investimentos estrangeiros realizados, com apoio popular de “resgate de nossas riquezas”. Esta política, apesar de ser positiva do ponto de vista político, deve levar à redução, no longo prazo, desses investimentos na Bolívia. A atual extensão dos efeitos é desconhecida, inclusive pela incompletude das negociações e novas leis, que não trataram de todos os aspectos da cadeia produtiva do gás natural na Bolívia.

Regulação boliviana-1, Nacionalização de hidrocarbonetos-2; Crise Brasil-Bolívia-3.

1. INTRODUÇÃO

A região da América do Sul sempre se viu em uma enorme instabilidade política ao longo dos anos. No atual período da história, em que a energia e, particularmente o petróleo e o gás natural, constituem como a principal fonte de conflito político e econômico, os países produtores da América Latina, influenciados por uma onda nacionalista, se vêem sobre enorme pressão popular e buscam apropriar-se de propriedades privadas em seu território violando acordos firmados em governos anteriores. Portanto, esse trabalho busca esclarecer a amplitude das mudanças na política boliviana que culminaram num período de nacionalização. Dos acordos pode-se citar o acordo com a Petrobras até 2019, em que o governo boliviano se compromete a prover 30 milhões m³/d de gás natural.

Dessa forma, por estarmos vivenciando essa crise comercial no setor petrolífero entre Brasil e Bolívia, e, por contar com atualizações diárias sobre o assunto, o trabalho tornou-se um exercício de leitura e uma busca constante de novas informações de forma que, a cada dia, até dezembro de 2006, uma novidade mudaria toda a estrutura do trabalho. A Petrobras investiu mais de US\$ 1,5 bilhão na Bolívia e seus ativos no país correspondem a 3% da sua produção total de petróleo e gás natural. Porém, toda essa crise se deve a dependência do Brasil ao gás boliviano, sendo 75% do consumo somente do Estado de São Paulo, maior parque industrial do país.

A Petrobras tornou-se ao longo do tempo de permanência no país, a principal contribuinte para a economia boliviana, financiando melhorias em infra-estrutura local, investimentos diretos, arrecadação de impostos, formação de profissionais capacitados, dentre outras ações. Com isso, alcançou a taxa de 18% do total do PIB boliviano, assim como 20% em investimentos diretos e 24% na arrecadação de impostos. É possível que esse conflito gere graves problemas econômicos futuros à Bolívia, em função da retirada da Petrobras, entre outras empresas petrolíferas internacionais, também em processo de nacionalização.

2. PERÍODO NEOLIBERAL DE ABERTURA DE MERCADO

Como aconteceu em toda a América Latina, a influência neoliberal fez surgir uma onda de privatizações de empresas até então estatais, nas áreas de infra-estrutura. Na Bolívia não foi diferente e a Petrobras teve um papel importante ao entrar no mercado boliviano e investir fazendo com que seja, hoje, a principal fonte de recursos para o governo do país.

2.1 A Indústria de Petróleo e Gás Natural na Bolívia

A história de exploração em território Boliviano é anterior à brasileira. Em 21 de dezembro de 1936, o então presidente Coronel David Toro, em um decreto, oficializou a criação da companhia estatal do país na área de petróleo. A YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) surgiu como uma empresa que pudesse fiscalizar, explorar e explorar os hidrocarbonetos bolivianos. O interesse na fundação da companhia se deveu à crise instaurada após as fraudes fiscais feitas pela *Standard Oil of Bolívia*, uma concessionária da matriz norte-americana. Dessa forma, com o decreto, o Cel. Toro nacionalizou a companhia e criou, a partir de sua tecnologia e de todos os seus campos de produção, a YPFB para que ela pudesse, com toda autonomia de gestão, fiscalizar e desenvolver a exploração dos campos de petróleo no país. Porém, a nacionalização da companhia não fez com que sua mão-de-obra se tornasse especializada e a YPFB passou por muitos problemas técnicos em seu começo, devido a essa falta de capacitação. Outros quatro fatores contribuíram para a crise inicial da empresa:

- A suspensão de todo interesse internacional nas reservas de hidrocarbonetos bolivianos após a surpreendente nacionalização da *Standard Oil*;
- A briga entre a YPFB e a matriz americana da *Standard Oil* gerando incertezas de investimentos externos, mas também dúvidas internas quanto à capacidade da empresa em gerir a produção de petróleo na Bolívia;
- O contexto interno apresentava problemas econômicos e políticos após a Guerra do Chaco, que determinou a perda de uma parte do território ao Paraguai, mesmo com o alto contingenciamento do Exército Boliviano, que contava com 250.000 soldados.
- As constantes intervenções políticas e a utilização da companhia como arma política muitas vezes com dirigentes não conhecedores do setor petrolífero.

Esses fatores contribuíram para o precário crescimento e estruturação da companhia em seus primeiros anos de vida. Apesar dos reveses, a empresa em 1941, ou seja, cinco anos após sua fundação, já abastecia 30% do mercado interno e somava investimentos na ordem de US\$ 17 milhões, de acordo com a Câmara Boliviana de Hidrocarburos.

Dada a atmosfera de nacionalização e crescimento da companhia, em 1969 houve mais um processo de nacionalização, desta vez contra a *Gulf Oil Company* e suas instalações. Isso deu maior autonomia a YPFB dentro de seu território, mas gerou insatisfações no âmbito internacional. Paralelamente, em 1986, foi criada a Câmara Boliviana de Hidrocarbonetos, uma entidade sem fins lucrativos, por 15 empresas que atuavam no ramo de prestação de serviços às empresas operadoras.

Em 1997, a onda de privatizações das empresas na América Latina fez da YPFB, uma empresa repartida, já que a maioria das suas ações foi capitalizada e o restante ficou a cargo da própria YPFB. Houve a entrada de empresas internacionais no mercado boliviano, dentre elas a Petrobras. Após quase 10 anos, em 2006, após a eleição de Evo Morales, ressurgiu a nacionalização e as instalações e investimentos realizados de 1997 a 2005 foram tomados pelo governo boliviano e entregue a YPFB.

2.2 Acordos Comerciais entre Brasil e Bolívia no Setor de Petróleo

Alguns acordos foram feitos em comunhão entre os países de forma a haver uma cooperação mútua sobre o suprimento de petróleo e gás natural nos países. O histórico exploratório boliviano é anterior ao brasileiro. O primeiro acordo foi assinado visando o aproveitamento do óleo da Bolívia dentro de território brasileiro. Abaixo segue um breve histórico desses acordos:

2.2.1. Tratado sobre saída e aproveitamento do petróleo boliviano

Firmado em 1938, visava estreitar as relações econômicas entre os países e estabelecer uma mútua cooperação, com recíproco benefício do comércio do petróleo. Seus principais pontos eram: (a) Estudos topográficos e geológicos, com custos divididos, para estimar as jazidas bolivianas; (b) As despesas para a realização dos estudos seriam reembolsadas através dos benefícios oriundos da exploração.

2.2.2. Acordo entre Brasil e Bolívia sobre a instalação e o funcionamento de um escritório da YPFB no Rio de Janeiro

Este acordo foi assinado em 1978.

2.2.3. Acordo de compra e venda do gás boliviano ao Brasil

Acordo firmado em 1993 visou desenvolver os dois países, como também contribuir para a integração latino-americana. Seus principais termos: (a) Ambos os Governos, sob os nomes de Petrobras e YPFB, acordaram o fornecimento de gás natural boliviano ao Brasil no volume inicial de 8 milhões m³/dia até alcançar 16 milhões m³/dia. (b) Ambos concordaram que a Petrobras e a YPFB estabelecessem, em contrato preliminar, as condições e termos a serem inseridos no contrato definitivo de compra e venda de gás. (c) Os Governos concordaram que a Petrobras e a YPFB, conforme a legislação vigente na Bolívia, fixariam as bases contratuais para a participação da Petrobras, através de suas subsidiárias, nas atividades de exploração, produção, comercialização e transporte de hidrocarbonetos na Bolívia, assim como na distribuição de derivados de petróleo e gás natural no mercado interno boliviano. Mais detalhes na sub-seção 2.3.1.

2.2.4. Isenção de impostos relativos à implementação do projeto do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol)

Firmado em 1996, visava a isenção de impostos relativos a construção do gasoduto relativo ao transporte de máquinas, equipamentos e pessoas.

2.2.5. Contrato de Construção e Montagem do Gasoduto

Firmado em 1997, acordava sobre o início da construção do Gasoduto que liga Santa Cruz de la Sierra a Porto Alegre (RS), passando pelo centro-oeste e sudeste brasileiro, ligando-se ao gasoduto já existente entre Campos (RJ) e Santos (SP).

2.2.6. Compra das ações das refinarias bolivianas pela Petrobras durante o processo de privatização.

Durante o processo de privatização das empresas estatais, a Petrobras passou a se tornar acionista majoritárias de refinarias e campos de produção na Bolívia no ano de 1999.

2.3. Principais Projetos

2.3.1 Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol)

O projeto do gasoduto Bolívia-Brasil estava presente em vários momentos, principalmente após a entrada da Petrobras na Bolívia. Contudo, ao requerer vultosos investimentos, não se tornava viável economicamente. Durante este período de negociações, a Bolívia passou a exportar gás para a Argentina. Entretanto, com o

aumento significativo das reservas de gás natural na Argentina, ocorrido a partir do final dos anos 70, o país tornou-se auto-suficiente em gás, reduzindo, em 1992, a zero as importações da Bolívia de gás (WATKINGS, 2006). Em virtude dessa mudança nas relações Bolívia-Argentina, as negociações entre Brasil e Bolívia começaram a tomar novo rumo. O Brasil aparece, naquele momento, como o principal mercado consumidor para o gás boliviano, sua principal fonte de riqueza.

A importação de gás da Bolívia apresentou-se como a melhor alternativa entre as opções consideradas para aumentar a oferta de gás no país, considerando-se, também, aspectos de política externa do Brasil e a possibilidade de integração futura com os campos produtores de gás da Argentina e do Peru.

O gasoduto Bolívia-Brasil tem seu marco inicial na Carta de Intenções sobre o Processo de Integração Energética entre Bolívia e Brasil, assinado em 17 de fevereiro de 1993. O contrato estaria em vigor desde sua assinatura, ficando sua eficácia condicionada à obtenção de financiamentos em condições que garantissem a viabilidade econômica do projeto. Diversos aditivos ao contrato foram assinados prorrogando prazos e, também, alterando o volume negociado. Dessa forma, somente em julho de 1997, com esquema de financiamento já equacionado, foram assinados os contratos de construção e montagem do gasoduto.

A base do Projeto do gasoduto é o contrato de compra e venda entre YPFB e Petrobras, no qual a YPFB se compromete a vender e a Petrobras a comprar, em regime de take-or-pay, conforme item 2.2.3. apresentado acima. Ainda no contrato, a YPFB concede a Petrobras uma opção de compra, com preferência sobre terceiros, de quantidades adicionais de gás, provenientes ou não de novas descobertas bolivianas, desde que tais quantidades estejam disponíveis e não sejam necessárias para atender à demanda do mercado doméstico boliviano.

Para construção e a operação do gasoduto foram constituídas duas companhias: uma boliviana, a Gás Transboliviano S.A. e outra brasileira, a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A. Ainda contaram com empresas estrangeiras e financiamentos externos de Bancos Internacionais de Investimento como o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), CAF (Corporación Andina de Fomento) e BEI (Banco Europeu de Investimento), além de agências de crédito como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento - Brasil), Eximbank (Japão) e SACE (Sezione Speciale Per l'Assicurazione del Credito all'Esportazione - Itália) chegando a um investimento total de US\$ 2 bilhões, sendo somente 1/8 desse montante investido na Bolívia.

O gasoduto com 3.150 km terá como meta ligar os mercados de sete estados brasileiros (MS, SP, MG, RJ, PR, SC e RS). As projeções mais conservadoras apontam uma demanda industrial de 20 milhões m³/dia para o início da próxima década e podendo chegar a 40 milhões m³/dia.

2.3.2 Privatização das Refinarias Bolivianas

Nas refinarias descritas a seguir, em dezembro de 1999, após o processo de privatização, os complexos passaram a ser administrados por uma nova proprietária: a Empresa Boliviana de Refinación S.A., cuja sócia majoritária, a Petrobras Bolívia, atuava como sócia-operadora.

Refinaria Guillermo Elder Bell: o complexo de refino é localizado em Santa Cruz de la Sierra e começou a ser construído em 1975, mas só entrou em operação em 1978. Sua capacidade instalada é de 20 mil bbl/d e produz gasolinas automotivas, combustíveis de aviação e óleo diesel.

Refinaria Gualberto Vilarroel: a refinaria é localizada em Cochabamba. Em 1949, teve-se início a construção da primeira fábrica de separação de petróleo cru na Bolívia, com capacidade para 6.500 bbl/d. Após investimentos passou a produzir 12.500 bbl/d. Hoje produz a 40.000 bbl/d, distribuídos em gasolinas automotivas, óleo diesel e em geral, graxas, parafinas, lubrificantes e produtos para asfalto.

3. PERÍODO DE NACIONALIZAÇÃO DOS HIDROCARBONETOS

Para compreendermos as mudanças na política boliviana, devemos entender o contexto interno e o panorama eleitoral durante o período pós-privatização, de forma a esclarecer as razões que levaram o ressurgimento nacionalista na Bolívia.

3.1. Contexto Político Boliviano

A política neoliberal de privatizações começou na década de 90 e continuou com o General Hugo Banzer, eleito em 1997 com somente 22% dos votos, deu a ADN (Ação Democrática Nacionalista) poder sobre o Congresso através das coligações partidárias. Durante o governo, o Gal Banzer continuou com a política de capitalização de empresas estatais num processo de abertura de mercado. Porém, com as seguidas crises internacionais, o crescimento econômico boliviano caiu vertiginosamente e, além da queda no nível de emprego, crises internas por corrupção, que levaram a população a violentos protestos.

Em virtude da grande insatisfação popular e ao diagnóstico de um câncer, que o levaria à morte no ano seguinte, em 2001, Gal Banzer renunciou ao cargo de presidente. O vice-presidente Jorge Quiroga, civil e formado em Engenharia Industrial nos Estados Unidos, assumiu no último ano de Governo, cujo mandato presidencial é de 5 anos, o que o impediu de se candidatar à presidência nas eleições de 2002 (KOHL, 2003).

Neste mesmo ano, surgiu Evo Morales, do MAS (Movimento ao Socialismo), que mesmo perdendo as eleições para o candidato do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), Gonzalo Sanchez de Lozada, contou com 20,9% dos votos contra 22,5% de seu rival. O tripé do governo do MNR era baseado na criação de empregos e ativação da economia, controle da corrupção e inclusão social.

Já em 2003, no ano seguinte à sua eleição, o Presidente Sanchez de Lozada não contava com o apoio popular, pois não conseguira reativar a economia do país. As crises constantes e passeatas eram comuns até que, em um desses protestos, o exército boliviano executou vários civis, gerando repúdio da opinião pública. Encurralado e sem apoio, não restou outra opção ao Presidente Sanchez de Lozada senão renunciar ao cargo, assumindo, então, o Vice-Presidente Carlos Mesa.

Em 2005, Carlos Mesa aprovou a Lei de Exploração dos Recursos Naturais do país, mesmo contra a opinião pública que, insatisfeita, exigiu que a decisão fosse revogada. A Lei foi considerada, pelos bolivianos, como uma forma de entregar aos EUA, a produção de gás no país. Uma série de protestos, fechando ruas, estradas e aeroportos, foi realizada até que a situação se tornasse insustentável para a manutenção do Presidente Mesa no cargo. O presidente do judiciário Eduardo Rodríguez assumiu para convocar uma nova eleição ainda em 2005.

Nas eleições de dezembro de 2005, insatisfeitos com as recentes políticas e, já influenciados pela atmosfera populista e nacionalista dos outros países da América Latina, em especial a Venezuela de Hugo Chávez, e o Brasil de Lula, o povo boliviano juntou-se ao nome de Evo Morales e o elegeu com recorde absoluto de 54% dos votos no país, assumindo o poder em 2006.

3.2 Evo Morales

Juan Evo Morales Aymar (conhecido politicamente como Evo Morales) nasceu em 27 de outubro de 1959 em Isallavi. As condições de vida da sua família e do seu meio foram levando Evo a atuar politicamente junto aos indígenas. Mais tarde, em 1983 começou a participar da atividade sindical. Em 1988 assumiu a secretaria executiva da Federação do Trópico, envolvendo-se cada vez mais com a atividade sindical. Tornou-se militante pela defesa dos recursos naturais, dos direitos humanos e a luta pela justiça social, com referências à sua atividade política, ascendendo do sindicato à federação e à presidência das seis federações de Cochabamba.

A partir de 1990, Evo participou da COB (Central Operária Boliviana), buscando incorporar a estratégia de tomada do poder pela aliança operário-camponesa. Aproxima-se mais dos dirigentes dos sindicatos cocalheiros, e fundam mais tarde, o Instrumento Político pela Soberania dos Povos (IPSP).

Apesar de não conseguirem registrar legalmente a organização, Evo entrou para o MAS (Movimento ao Socialismo) e, em 1997, é eleito para o Parlamento com 70% dos votos em sua província, onde enfrenta os partidos tradicionais: MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), MIR (Movimento Revolucionário de Esquerda) e ADN (Ação Democrática Nacional).

Em 2002, Evo se candidatou à presidência da Bolívia, como primeiro líder indígena a postular esse cargo, contra Sanchez de Lozada. Apesar da derrota, consolidou seu nome na política boliviana. Candidatou-se novamente à presidência da Bolívia em 2005 e é eleito presidente, com a maioria esmagadora dos votos (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2006).

3.3 Política de Nacionalização

Em 1º de maio de 2006, dia internacional do trabalho, o presidente da Bolívia, Evo Morales, decretou a nacionalização de todo o setor de hidrocarbonetos daquele país. A medida causou desconforto nas relações entre vários países, principalmente o Brasil, cuja Petrobras responde por 18% do PIB e é a maior empresa com capacidade instalada no país.

Além do Brasil, Canadá, Coréia do Sul, Espanha, Argentina e Reino Unido têm petrolíferas operando na Bolívia e tiveram os contratos de concessão para a exploração de Gás Natural cancelados. As plantas industriais destas empresas passaram a ser administradas pela YPFB sem, ainda, oferecer compensações às empresas estrangeiras (WERTHEIM, 2006).

O Decreto Supremo 28701 foi o início para as medidas nacionalistas bolivianas, após a eleição de Evo Morales.

Apesar de contar com nove artigos, destacamos apenas quatro, por julgarmos mais importantes.

Artigo 01: Nacionalização total e absoluta por parte do Estado dos recursos naturais de hidrocarbonetos da Bolívia.

Artigo 02: Obrigação das empresas produtoras de petróleo e gás em território boliviano em entregar toda sua produção a YPFB.

Artigo 05: O Estado toma controle sobre a produção, transporte, refino, distribuição, comercialização e industrialização dos hidrocarbonetos do país.

Artigo 07: Nacionalização de ações para que a YPFB tenha 50% mais uma ação das empresas produtoras de petróleo no território boliviano.

Estes artigos mostram a total nacionalização do setor de petróleo e gás da Bolívia, onde as empresas internacionais devem se retirar ou permanecerem como prestadoras de serviços a YPFB.

3.4 Acordo entre Petrobras e YPFB

Para controlar a crise instaurada entre os dois países após a nacionalização das reservas de hidrocarbonetos e instalações de empresas estrangeiras em território boliviano, a Petrobras usou de diplomacia com a YPFB para que houvesse uma negociação dos acordos primários, já que a empresa brasileira correspondia a 24% do PIB boliviano em tarifas e impostos.

No dia 28 de outubro de 2006, portanto, as duas empresas assinaram um acordo que beneficiou a Petrobras, naquele momento, não somente como prestadora de serviços, mas como operadora e responsável pelo desenvolvimento do setor no país.

3.4.1 Atividades da Petrobras na Bolívia

Criada no final de 1995, a Petrobras Bolívia iniciou suas operações efetivamente em meados de 1996, tornando-se a maior empresa do país. Os investimentos totais nos projetos em domínio boliviano alcançaram mais de US\$ 1,5 bilhão no período 1996-2004. Dessa forma, a estatal brasileira passou a ser a maior contribuinte para as contas públicas da Bolívia, chegando a 18% do PIB boliviano, 20% em investimentos diretos e 24% da arrecadação total de impostos, de acordo com a própria Petrobras (BARNEDA, 2006).

Para obter esses resultados, foi necessária a construção, entre 1997 e 2000, do gasoduto Bolívia-Brasil, ao mesmo tempo em que a Petrobras iniciou ações de exploração e produção na parte oriental da Bolívia, em Tarija. A partir dessas iniciativas, passou a operar em toda a cadeia produtiva e comercial do gás (exploração, produção, comercialização, transporte por dutos, processamento e refino do gás natural).

A Petrobras Bolívia é responsável pela operação das refinarias, Gualberto Vilaroel, em Cochabamba, e Guillermo Elder Bell, em Santa Cruz de La Sierra, como visto na sub-seção 2.3.2., por intermédio da sua controlada no país Petrobras Bolívia Refinación S.A. (PBR). A empresa abastece a totalidade da demanda da Bolívia de gasolinas especial e Premium, além da gasolina de aviação e querosene, sendo, responsável, também, por mais de 70% da demanda de óleo diesel. Isso faz da Petrobras Bolívia, líder do mercado de combustíveis no país.

A empresa iniciou, em 2001, o uso da bandeira Petrobras na rede de postos. As vendas mensais saltaram de 500 mil para 800 mil litros de gasolina e, hoje, 26 postos possuem a bandeira Petrobras.

A fiscalização das atividades da Petrobras na Bolívia, por parte de organismos internacionais em certificar práticas gerenciais e sociais, já renderam à empresa brasileira cinco certificados nos segmentos de

legislação trabalhista, segurança, saúde e meio ambiente, além da capacitação dos seus empregados na Bolívia, que somam 1.533 funcionários, sendo 95% bolivianos.

3.4.2 A Mudança Contratual

Algumas cláusulas foram alteradas, após a nacionalização pelo Decreto Supremo 28701, tornando esse Contrato de Produção Compartilhada diferente do assinado anteriormente entre a Bolívia e os outros países. Suas principais características são: (a) Execução de todas as operações petroleiras por sua conta e risco; (b) Recebimento diretamente na conta de um retorno financeiro definido em função da recuperação de custos, preços, volumes e investimentos, invalidando, portanto, um contrato de prestação de serviços.

Até dezembro de 2006, a Petrobras continuaria responsável pelas operações dos blocos de San Alberto (cuja produção bateu recorde absoluto de produção no dia 5 de dezembro de 2006 ao alcançar 12,5 milhões de metros cúbicos de gás natural e 10,2 mil barris de petróleo), San Antonio, Rio Hondo, Ingre e Irenda, além da totalidade de seus atuais ativos durante a vigência do contrato, que durará 30 anos, a partir da validação do Congresso Boliviano (AZEVEDO, 2006).

Para a solução de eventuais conflitos de interesses entre as empresas, o Tratado de Proteção de Investimentos Estrangeiros delega a arbitragem ao poder judiciário da Bolívia, conforme as regras e procedimentos impostos pela Câmara de Comércio Internacional (CCI).

A Tabela 1 mostra o contrato de risco firmado com a Petrobras e o modificado pelo processo de nacionalização.

| CONTRATO DE RISCO COMPARTILHADO | CONTRATO DE OPERAÇÃO (NOVO) |
|---|---|
| Operador: Petrobras | Operador: Petrobras |
| Comercialização: <ul style="list-style-type: none"> Através da YPFB na exportação de gás para Brasil e Argentina Direta em outros casos | Comercialização: <ul style="list-style-type: none"> Através da YPFB |
| Remuneração: <ul style="list-style-type: none"> Recebimento de todas as receitas pela Petrobras, cobrindo todas as despesas e tributações. | Remuneração: <ul style="list-style-type: none"> Recebimento pela Petrobras da parcela correspondente aos custos, depreciações e lucro; Recebimento pela YPFB da parcela correspondente a sua participação em transporte, impostos e comercialização. |
| Propriedade dos HCs: Petrobras | Propriedade dos HCs: YPFB |
| Propriedade dos ativos: <ul style="list-style-type: none"> Petrobras e, após o contrato, YPFB. | Propriedade dos ativos: <ul style="list-style-type: none"> <u>Existentes:</u> Petrobras e, após o contrato, YPFB. <u>Futuros:</u> YPFB, após a depreciação |
| Permitida a contabilização de reservas | Permitida a contabilização de reservas |
| Pagamento: Totalidade dos recursos à Petrobras | Pagamento: Parcela dos recursos à Petrobras |
| Fiscalização: <ul style="list-style-type: none"> Autoridades com poder de aprovar projetos de desenvolvimento, contratos de exportação e volumes, prevalecendo o controle de preços pelo mercado interno. | Fiscalização: <ul style="list-style-type: none"> Ampliação do nível de controle com a YPFB tendo o poder de aprovação de planos de trabalho, custos recuperáveis e processos licitatórios. |

Tabela 1 – Contrato Novo e Antigo da Bolívia com a Petrobras

Fonte: Elaboração dos autores a partir de AZEVEDO (2006).

A Petrobras, com esse novo acordo perdeu a propriedade sobre os hidrocarbonetos produzidos em seus campos, mas, em contra partida, garante as operações de produção de gás natural ao Brasil, já que esses campos bolivianos correspondem a grande parte do volume utilizado em território brasileiro, além de manter a posição estratégica na Bolívia e na América do Sul, como a maior empresa de sede na América Latina operando no país (RANGEL, 2006).

Apesar da perda na participação efetiva dos lucros, mantém uma rentabilidade superior a 15%, garantindo o financiamento de suas operações, além de obter certo lucro, superior ao custo de capital.

A partir do acordo, a Petrobras passa a entregar à YPFB toda a cadeia de transporte e comercialização do gás natural a partir do ponto de fiscalização, sendo, toda parte da receita adquirida com a venda do produto é depositada diretamente na conta da Petrobras pelo próprio comprador, não sendo repassada pela YPFB, evitando assim, que haja um contrato de prestadora de serviços.

4 CONCLUSÃO

O histórico da exploração de petróleo e gás natural em território boliviano apresenta uma estreita relação com o sistema político do país e suas diversas crises ao longo dos anos. Vale notar que a cada regime adotado, a regulamentação das atividades petrolíferas também é alterada: em 1936, durante o período nacionalista de David Toro, nacionalizou-se a *Standard Oil*. Com tantos problemas políticos, econômicos e sociais, e junto com a onda neoliberal dos anos 90 que varreu a América Latina, a privatização das empresas estatais e de seus recursos naturais fez com que a Bolívia entrasse no foco das atividades de exploração de gás natural em todo o mundo. Diante da pressão social e das contínuas crises econômicas e políticas, o regime neoliberal se mostrava falho e o povo boliviano, com ampla maioria, elegeu o nacionalista Evo Morales como presidente de seu país e uma nova legislação foi implantada: re-nacionalização dos recursos naturais, assim como das propriedades das empresas que lá atuam.

Com o Decreto Supremo 28701, Evo Morales acabou criando um clima de desconfiança entre os países investidores, entre eles o Brasil. A Petrobras, que correspondia a 24% do PIB boliviano em tarifas e impostos, foi uma das empresas que mais se prejudicaram com essa medida e, junto com o Governo brasileiro, vem negociando um acordo para que a carga tributária sobre a exploração do petróleo boliviano diminua e seja vantajosa a continuação das atividades da empresa no país. Vale notar ainda que o contrato assinado pela Petrobras e a YPFB, representando os interesses do governo boliviano, em outubro de 2006, só diz respeito, exclusivamente, às atividades de exploração e produção de gás natural. As atividades de refino, assim como, o contrato de compra e venda do gás boliviano ao Brasil permanece inalterado esperando um projeto de benefício mútuo, nas constantes reuniões para a viabilização do acordo.

Evo Morales assumiu a presidência da Bolívia prometendo distribuir as riquezas naturais de seu país ao povo, num discurso altamente populista, o que o fez vencer as eleições facilmente. Entretanto, no setor de petróleo, sem grandes investimentos em pesquisa, exploração e na capacitação técnica da mão de obra, se torna praticamente inviável a manutenção, aos níveis atuais, da produção de gás natural.

O Governo brasileiro, por sua vez, acatou as exigências bolivianas em detrimento aos interesses de seu próprio povo, e permitiu que se mudassem as bases do acordo assinado anteriormente, elevando para cerca de 80% a participação do governo boliviano nas receitas geradas pela exploração de petróleo e gás natural no país. O decreto que deveria ter sido discutido intensivamente entre as partes interessadas, e não simplesmente institucionalizada, fez com que o interesse internacional para investir na Bolívia sofresse um revés considerável no segundo semestre de 2006, diante da insegurança do investimento.

Mesmo sabendo da continuidade da crise, o trabalho teve seu desfecho em dezembro de 2006 o que culminou com uma série de informações que poderiam ser modificadas a cada nova reunião entre a cúpula dos dois países e a Petrobras. As recentes decisões mereceriam destaque num outro trabalho de pesquisa, onde se enfatizaria as mudanças na regulação e no direito da produção de gás natural em território boliviano após as novas leis de nacionalização de Evo Morales, assinadas durante o ano de 2007.

5 AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a nossos pais e familiares e à nossa professora e orientadora, Rosemarie Bröker Bone.

6. REFERÊNCIAS

- AGENCIA INDEPENDENTE DE PRENSA. **Notícias**. Disponível em: <http://www.econoticiasbolivia.com/>.
- AZEVEDO, J. S. G. – Apresentação Gasotudo Brasil-Bolívia e Integração Latino Americana. **Petrobras**, novembro 2006.
- AZEVEDO, J. S. G. - Contrato Petrobras-YPPFB. **Petrobras**, novembro 2006.
- BARNEDA, D. Más dudas que certezas. **Oil & Gas Journal Latinoamericana**, Brasil, PennWell, p 9-13. Outubro 2006.
- CÁMARA BOLIVIA DE HIDROCARBUROS. **Noticias e Estadísticas**. Disponível em: www.cbh.org.bo;
- KOHL, Benjamin. “Estabilización del neoliberalismo em Bolívia: la participación popular y la capitalización , **Cadernos IPPUR/UFRJ**, ano XIV, n 2, 2000, p 15-43. Disponível em : <http://www.clasco.org.ar>
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Anuário Estatístico e Informativo**. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/>;
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relações Brasil-Bolívia**. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/biboliv.htm>.
- MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTEIORES. **De índio plantador de coca a presidente**. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=223811&Impri me=on
- PETROBRAS BOLIVIA. **Anuários Estatístico e Notícias**. Disponível em: www.petrobras.com.bo.
- PETROBRAS SA. **Notícias**. Disponível em: www.petrobras.com.br/noticias/
- RANGEL, J. Brasil mudará matriz energética. **Oil & Gas Journal Latinoamericana**, Brasil, PennWell, p 26-27. dezembro 2006;
- SUPERINTENDENCIA DE HIDROCARBUROS. **Anuário Informativo**. Disponível em: www.superhid.gov.bo.
- WATKINGS, E. La estabilidad política de Bolivia em el foco de las miradas desde Argentina. **Oil & Gas Journal Latinoamericana**, Brasil, PennWell, p 39. dezembro 2006.
- WERTHEIM, P. H. Nem é o mesmo, nem é igual. **Oil & Gas Journal Latinoamericana**, Brasil, PennWell, p 12-15. novembro 2006.
- WORLD NEWS MEDIA MONITORING. **News**. Disponível em: <http://www.einnews.com/>.
- YACIMIENTOS PETROLEROS FISCALES BOLIVIANOS. **Anuário Estatístico 2006**. Disponível em: www.ypfb.gov.bo.

IMPACT IN THE RELATIONSHIP BRAZIL-BOLIVIA AFTER THE BOLIVIAN'S HYDROCARBONS NATIONALIZATION IN 2006

Our goal is to understand the Brazil-Bolivia gas crisis after the hydrocarbon nationalization decree by President Morales of Bolivia in May, 2006. Our analysis focus on the regulatory changes in Bolivia, from the 1990s to President Morales election and sifts thought the large volume of published news so to understand the nationalization in the face of apparently strong conflicting international interests. A future shortage of hydrocarbons is expected as the international players are replaced by an underfunded state enterprise and the gaps in regulation that do not consider the complete upstream and downstream sectors.

Bolivian's Regulation-1, hydrocarbons' nationalization-2, Brazil-Bolivia Crisis-3

Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste artigo.